

# Boletim do Trabalho e Emprego

# 33

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho

1.ª SÉRIE

Preço 5\$00

BOL. TRAB. EMP.	LISBOA	VOL. 47	N.º 33	P. 2353 - 2368	8-SETEMBRO-1980
-----------------	--------	---------	--------	----------------	-----------------

## INDICE

### Regulamentação do trabalho:

Pag.

#### Despachos/portarias:

- Constituição de uma comissão técnica para a elaboração dos estudos preparatórios de uma PRT para a ind. de vestuário do Sul ..... 2355
- Constituição de uma comissão técnica para a elaboração dos estudos preparatórios de uma PRT para a avicultura e produção de ovos — Alteração ..... 2355

#### Portaria de regulamentação do trabalho:

- PRT para a construção civil e obras públicas — Constituição da comissão tripartida — Alteração ..... 2356

#### Portarias de extensão:

- PE do CCT entre a Assoc. dos Armadores de Tráfego Fluvial e o Sind. dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais ..... 2356
- PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Empresários de Espectáculos e o Sind. Nacional dos Toureiros Portugueses ..... 2357
- PE do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sind. das Ind. de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul — Aplicação à Região Autónoma dos Açores ..... 2357
- PE do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sind. das Ind. de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul — Aplicação à Região Autónoma da Madeira ..... 2358
- PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sind. dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Dist. de Lisboa ..... 2358
- Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Cerâmica e a Fetese — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra ..... 2359
- Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Cerâmica e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços ..... 2359
- Aviso para PE do CCT para o ensino particular ..... 2359
- Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e o Sind. Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal ..... 2360

# PORTARIA DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PRT para a construção civil e obras públicas — Constituição da comissão tripartida — Alteração

A representação do Ministério da Habitação e Obras Públicas na comissão técnica prevista na base LXIV da portaria de regulamentação de trabalho para a construção civil e obras públicas, inserta no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 40, de 22 de Dezembro de 1978, constituída por despacho do Secretário de Estado do Trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 9, de 8 de Março

de 1979, passará, de harmonia com a comunicação oportunamente enviada daquele departamento estatal, a ser assegurada pelo engenheiro Vítor Manuel Fernandes.

Ministério do Trabalho, 4 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*.

## PORTARIAS DE EXTENSÃO

### PE do CCT entre a Assoc. dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sind. dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 40, de 29 de Outubro de 1978, foi publicado o contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais, objecto de revisão publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1980.

Considerando que a referida convenção e alteração apenas se aplicam às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores inscritos nas associações outorgantes;

Considerando a existência no sector de empresas não filiadas na associação patronal celebrante que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas no aludido contrato colectivo de trabalho e alteração;

Considerando, ainda, a existência, quer nas empresas filiadas quer nas não filiadas na associação patronal signatária, de trabalhadores não inscritos no sindicato outorgante;

Considerando, finalmente, a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, e ponderadas as oposições deduzidas ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, às quais se reconheceu merecimento;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Trabalho e da Marinha Mercante, ao abrigo do artigo 29.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro:

#### Artigo 1.º

1 — As disposições constantes do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 40, de 29 de Outubro de 1978, e respectiva alteração, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1980, são tornadas extensivas:

a) Por um lado, a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam, em toda a área do Porto de Lisboa e ainda nas áreas navegáveis e portos comerciais dos distritos de Setúbal, Santarém, Évora, Beja e Faro, a actividade de tráfego fluvial não para fins próprios mas para executar transportes de outrem, nomeadamente com:

Embarcações não motorizadas para transporte de mercadorias;

Embarcações motorizadas para transporte de mercadorias;

Embarcações adstritas ao serviço de rebouques e lanchas transportadoras;

Embarcações motorizadas ou não, adstritas aos serviços específicos ou não classificados;

b) Por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas no aludido contrato colectivo e alteração, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais, não inscritos no sindicato outorgante, ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal celebrante.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

#### Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos desde 1 de Abril de 1980, podendo os encargos daí resultantes serem satisfeitos em prestações mensais até ao limite de quatro.

Ministérios do Trabalho e dos Transportes e Comunicações, 1 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*. — O Secretário de Estado da Marinha Mercante, *José da Silva Domingos*.

**PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Empresários de Espectáculos  
e o Sind. Nacional dos Toureiros Portugueses**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 22, de 15 de Junho de 1980, foi publicado um contrato colectivo celebrado entre a Associação Portuguesa de Empresários de Espectáculos e o Sindicato Nacional dos Toureiros Portugueses.

Considerando que ficam apenas abrangidas pela citada convenção as entidades patronais representadas pela associação patronal celebrante, bem como os trabalhadores ao seu serviço filiados no sindicato signatário;

Considerando a necessidade de uniformizar as condições de trabalho inseridas no referido estatuto colectivo de trabalho de modo a abranger todos os trabalhadores do sector em causa com as categorias profissionais nele contempladas;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 22, de 15 de Junho de 1980, e não tendo sido deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado da Cultura e do Trabalho:

**Artigo 1.º**

As disposições constantes do contrato colectivo de trabalho celebrado entre o Sindicato Nacional dos

Toureiros Portugueses e a Associação Portuguesa de Empresários de Espectáculos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 22, de 15 de Junho de 1980, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados na associação sindical celebrante, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados na associação sindical celebrante.

**Artigo 2.º**

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos desde 1 de Julho de 1980.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Trabalho, 1 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado da Cultura, *Vasco Pulido Valente*. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*.

**PE do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul  
e o Sind. das Ind. de Ourivesaria,**

**Relojoaria e Correlativos do Sul — Aplicação à Região Autónoma dos Açores**

A portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1979, condicionou a sua aplicação às Regiões Autónomas a despacho do Secretário de Estado do Trabalho, cumpridos que fossem os trâmites processuais exigidos pela Constituição da República Portuguesa.

Assim, havendo parecer favorável do Governo Regional dos Açores, nos termos do artigo 2.º da referida portaria, determino:

1 — A portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sindi-

cato dos Industriais de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1979, é tornada aplicável às relações de trabalho que, no território da Região Autónoma dos Açores, se enquadrem na previsão do artigo 1.º da aludida portaria.

2 — A tabela salarial tornada aplicável pelo presente despacho produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1980, podendo os encargos resultantes da retroactividades serem satisfeitos em prestações mensais até ao limite de quatro.

Ministério do Trabalho, 4 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*.

**PE do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul  
e o Sind. das Ind. de Ourivesaria,  
Relojoaria e Correlativos do Sul — Aplicação à Região Autónoma da Madeira**

A portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1979, condicionou a sua aplicação nas Regiões Autónomas a despacho do Secretário de Estado do Trabalho, cumpridos que fossem os trâmites processuais exigidos pela Constituição da República Portuguesa.

Assim, havendo parecer favorável do Governo Regional da Madeira, nos termos do artigo 2.º da referida portaria, determino:

1 — A portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul e o Sin-

dicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1979, é tornada aplicável às relações de trabalho que no território da Região Autónoma da Madeira se enquadrem na previsão do artigo 1.º da citada portaria.

2 — A tabela salarial tornada aplicável pelo presente despacho produz efeitos desde 1 de Julho de 1979, podendo os encargos resultantes da retroactividade serem satisfeitos em prestações mensais até ao limite de oito.

Ministério do Trabalho, 4 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*.

---

**PE da alteração salarial ao CTT entre a Assoc. dos Armadores do Tráfego Fluvial  
e o Sind. dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Dist. de Lisboa**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 5, de 8 de Fevereiro de 1979, foi publicado o contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa, objecto de revisão publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1980.

Considerando que a referida convenção e alteração apenas se aplicam às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores inscritos nas associações outorgantes;

Considerando a existência, no sector, de empresas não filiadas na associação patronal celebrante que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas no aludido contrato colectivo de trabalho e alteração;

Considerando, ainda, a existência, quer nas empresas filiadas, quer nas não filiadas na associação patronal signatária, de trabalhadores não inscritos no sindicato outorgante;

Considerando, finalmente, a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, e ponderadas as oposições deduzidas ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, às quais se reconheceu merecimento:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Trabalho e da Marinha

Mercante, ao abrigo do artigo 29.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro:

**Artigo 1.º**

1 — As disposições constantes do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial e o Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 5, de 8 de Fevereiro de 1979, e respectiva alteração, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1980, são tornadas extensivas:

a) Por um lado, a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam, em toda a área do porto de Lisboa e ainda nas áreas navegáveis e portos comerciais dos distritos de Setúbal, Santarém, Évora, Beja e Faro, a actividade de tráfego fluvial não para fins próprios mas para executar transportes de outrem, nomeadamente com:

Embarcações motorizadas para transporte de mercadorias;

Embarcações adstritas ao serviço de rebouques e lanchas transportadoras;

Embarcações motorizadas adstritas aos serviços específicos ou não classificados.

b) Por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas no aludido contrato colectivo e alteração, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos no sindicato outorgante ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal celebrante.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

## Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos desde 1 de Abril de 1980, podendo os encargos daí resultantes serem satisfeitos em prestações mensais até ao limite de quatro.

Ministérios do Trabalho e dos Transportes e Comunicações, 1 de Setembro de 1980. — O Secretário de Estado do Trabalho, *José Queirós Lopes Raimundo*. — O Secretário de Estado da Marinha Mercante, *José da Silva Domingos*.

---

### Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Cerâmica e a Fetese — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes do Ministério do Trabalho a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho mencionado em epígrafe, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de Agosto de 1980.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido artigo 29.º, tornará a convenção extensiva a todas as entidades patronais não inscritas na associação pa-

tronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados nas associações sindicais outorgantes, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações sindicais outorgantes.

---

### Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Cerâmica e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes do Ministério do Trabalho a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho mencionado em epígrafe, inserto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 28, de 29 de Julho de 1980.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido artigo 29.º, tornará a convenção extensiva a todas as entidades patronais não inscritas na associação

patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados nas associações sindicais outorgantes, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações sindicais outorgantes.

---

### Aviso para PE do CCT para o ensino particular

Encontra-se em estudo neste Ministério a eventual extensão do CCT para o ensino particular, celebrado entre a AEEP — Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e outras associações sindicais, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 31, de 22 de Agosto de 1980, a todas as entidades patronais que, na área da convenção, exer-

çam a sua actividade em estabelecimentos de ensino particular e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas no mencionado contrato colectivo de trabalho, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos outorgantes que prestem serviço em entidades patronais inscritas nas associações patronais outorgantes.

**Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio  
e o Sind. Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes do Ministério do Trabalho a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho citado em título e objecto de publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 5 de Agosto de 1980.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido artigo 29.º, tornará a convenção extensiva a todas as entidades patronais não inscritas na associação patro-

nal signatária que, na área da convenção, exercem a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados no sindicato celebrante, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados no sindicato outorgante.

---

**Aviso para PE do CCT entre a Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outra  
e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório do Dist. do Porto**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes do Ministério do Trabalho a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho mencionado em epígrafe, inserto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 15 de Agosto de 1980.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido artigo 29.º, tornará a convenção extensiva a todas as entidades patronais não inscritas nas associações pa-

tronais signatárias que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados no sindicato outorgante, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não nas associações patronais signatárias que, na área de aplicação da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados na associação sindical outorgante.

---

**Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre as Assoc. dos Industriais de Panificação  
do Norte e Centro  
e a Fesintes — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 16, de 29 de Abril de 1980. A portaria a emitir tornará a referida convenção aplicável:

1 — As entidades patronais, do mesmo sector económico, que exerçam a sua actividade na área da con-

venção e não se encontrem inscritas nas associações patronais outorgantes e aos trabalhadores ao seu serviço das categorias profissionais nela previstas, independentemente da filiação sindical;

2 — Aos trabalhadores, não inscritos nos sindicatos outorgantes das categorias profissionais previstas na convenção, ao serviço das entidades patronais inscritas nas associações signatárias.

---

**Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Armadores da Pesca Longínqua  
e outros e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca**

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo

neste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do CCT mencionado em título publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 26, de 15 de

Julho de 1980. A portaria a emitir tornará a referida convenção aplicável:

1 — As entidades patronais, do mesmo sector económico, que exerçam a sua actividade na área da convenção e não se encontrem inscritas nas associações patronais outorgantes e aos trabalhadores ao seu

serviço das categorias profissionais nela previstas, independentemente da filiação sindical;

2 — Aos trabalhadores, não inscritos no sindicato outorgante das categorias profissionais previstas nas convenções, ao serviço das entidades patronais inscritas nas associações signatárias.

## CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

### CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e o Sind. dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte — Alteração salarial

1 — Esta revisão obriga, por um lado, as empresas representadas pela Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pela associação sindical outorgante.

2 — As tabelas salariais passam a ser as constantes no anexo.

3 — A cláusula 25.<sup>a</sup> do CCT é aumentado mais um número, com a seguinte redacção:

6 — As empresas que não se obrigam a fornecer refeições pagarão a cada trabalhador um subsídio de alimentação de 30\$ por cada dia efectivo de trabalho, condicionado às seguintes condições:

- a) Perde o subsídio do dia o trabalhador que faltar, a qualquer título, até uma hora;
- b) Perde o subsídio de uma semana todo o trabalhador que faltar, a qualquer título, mais do que uma hora e menos do que um dia;

c) Perde o subsídio de duas semanas todo o trabalhador que faltar, a qualquer título, um dia ou mais;

d) Este subsídio não fica sujeito aos descontos normais dos salários nem é concedido nas férias, subsídio de férias e subsídio de Natal, não sendo, para qualquer efeito, considerado remuneração de trabalho.

4 — A produção dos efeitos de tabela salarial é a partir de 1 de Abril de 1980, desde que a portaria de extensão requerida seja publicada com os mesmos efeitos. Não o sendo, os efeitos desta tabela serão a partir da data dos efeitos da PE.

5 — A entrada em vigor é nos termos da lei, mas não antes da data a partir da qual a PE produza efeitos relativamente à tabela salarial.

6 — A presente tabela salarial será revista doze meses após a publicação e o subsídio de alimentação após dois anos, devendo a denúncia ser feita nos prazos fixados legalmente.

#### ANEXO

##### Tabela salarial

Categorias	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Fogoeiro-encarregado .....	12 600\$00	11 750\$00	10 800\$00
Fogoeiro de 1. <sup>a</sup> .....	11 700\$00	10 400\$00	9 550\$00
Fogoeiro de 2. <sup>a</sup> .....	11 100\$00	10 000\$00	9 200\$00
Fogoeiro de 3. <sup>a</sup> .....	10 500\$00	9 400\$00	8 650\$00
Ajudante de fogoeiro do 3. <sup>o</sup> e 4. <sup>o</sup> ano .....	9 300\$00	8 600\$00	7 900\$00
Ajudante de fogoeiro do 1. <sup>o</sup> e 2. <sup>o</sup> ano .....	9 000\$00	8 100\$00	7 500\$00

Porto, 30 de Julho de 1980.

Pe'la Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão:  
(*Assinaturas ilegíveis.*)

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte:  
Celso Nazaré Cardoso da Silva.

Depositado em 1 de Setembro de 1980, a fl. 89 do livro n.º 2, com o n.º 247/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e outra e a Fensiq — Feder. Nacional de Sind. de Quadros e outras — Alteração salarial**

**Tabela salarial**

Grau I-A .....	17 500\$00
Grau I-B .....	20 000\$00
Grau II .....	22 500\$00
Grau III .....	29 000\$00
Grau IV .....	31 000\$00
Grau V .....	38 000\$00
Grau VI .....	43 000\$00

Esta tabela entra em vigor em 1 de Setembro de 1980.

Porto, 31 de Julho de 1980.

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos:  
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes:  
(Assinatura ilegível.)

Pela Fensiq — Federação Nacional de Sindicatos de Quadros:

*Macedo Ferreira.*

Pe'o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte:

*Macedo Ferreira.*

Pe'o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul:

*Macedo Ferreira.*

Pelo Sindicato dos Economistas:

*Macedo Ferreira.*

Pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul:

Pelo Sindicato dos Engenheiros do Norte:

*José António Silva Neto.*

Depositado em 1 de Setembro de 1980, a fl. 90 do livro n.º 2, com o n.º 249/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e a Fesintes — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial**

1 — Esta revisão obriga, por um lado, as empresas representadas pela Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pela associação sindical outorgante.

2 — As tabelas salariais passam a ser as constantes no anexo.

3 — A cláusula 25.ª do CCT é aumentado mais um número, com a seguinte redacção:

.....

6 — As empresas que não se obrigam a fornecer refeições pagarão a cada trabalhador um subsídio de alimentação de 30\$ por cada dia efectivo de trabalho, condicionado às seguintes condições:

- a) Perde o subsídio do dia o trabalhador que faltar, a qualquer título, até 1 hora;
- b) Perde o subsídio de uma semana todo o trabalhador que faltar, a qualquer título, mais de que uma hora e menos de que um dia;

c) Perde o subsídio de duas semanas todo o trabalhador que faltar, a qualquer título, um dia ou mais;

d) Este subsídio não fica sujeito aos descontos normais dos salários nem é concedido nas férias, subsídio de férias e subsídio de Natal, não sendo, para qualquer efeito, considerado remuneração de trabalho.

4 — A produção dos efeitos da tabela salarial é a partir de 1 de Agosto de 1980, desde que a portaria de extensão requerida seja publicada com os mesmos efeitos. Não o sendo, os efeitos desta tabela serão a partir da data dos efeitos da PE.

5 — A entrada em vigor é nos termos da lei, mas não antes da data a partir da qual a PE produza efeitos relativamente à tabela salarial.

6 — A presente tabela salarial será revista doze meses após a publicação, e o subsídio de alimentação após dois anos, devendo a denúncia ser feita nos prazos fixados legalmente.



**ANEXO**  
**Tabelas salariais**

Categorias profissionais	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Chefe de serviços administrativos .....	16 500\$00	15 600\$00	13 450\$00
Analista de sistemas .....	15 250\$00	14 400\$00	13 250\$00
Chefe de departamento/serviços .....	15 250\$00	14 400\$00	13 250\$00
Contabilista/tesoureiro .....	15 250\$00	14 400\$00	13 250\$00
Chefe de secção .....	14 000\$00	13 000\$00	12 000\$00
Guarda-livros .....	14 000\$00	13 000\$00	12 000\$00
Programador .....	14 000\$00	13 000\$00	12 000\$00
Correspondente em línguas estrangeiras .....	12 800\$00	12 200\$00	11 200\$00
Secretário/a de direcção/administração .....	12 800\$00	12 200\$00	11 200\$00
Primeiro-escriturário .....	12 200\$00	11 300\$00	10 400\$00
Caixa .....	12 200\$00	11 300\$00	10 400\$00
Operador mecanográfico .....	12 200\$00	11 300\$00	10 400\$00
Vendedor .....	11 900\$00	10 800\$00	9 900\$00
Segundo-escriturário .....	11 300\$00	10 350\$00	9 500\$00
Esteno-dactilógrafo .....	11 300\$00	10 350\$00	9 500\$00
Cobrador .....	11 300\$00	10 350\$00	9 500\$00
Perfurador-verificador .....	11 300\$00	10 350\$00	9 500\$00
Caixeiro .....	11 300\$00	10 350\$00	9 500\$00
Terceiro-escriturário .....	10 700\$00	9 750\$00	9 000\$00
Telefonista .....	10 700\$00	9 750\$00	9 000\$00
Dactilógrafo de 2.ª .....	10 000\$00	9 250\$00	8 500\$00
Estagiário de 2.ª .....	10 000\$00	9 250\$00	8 500\$00
Dactilógrafo do 1.º ano .....	9 450\$00	8 900\$00	8 200\$00
Estagiário do 1.º ano .....	9 450\$00	8 900\$00	8 200\$00
Contínuo .....	9 450\$00	8 900\$00	8 200\$00
Servente de limpeza .....	7 350\$00	7 000\$00	7 000\$00
Paquete do 3.º e 4.º ano .....	5 850\$00	5 400\$00	5 000\$00
Paquete do 1.º e 2.º ano .....	5 350\$00	5 250\$00	4 800\$00

Porto, 30 de Julho de 1980.

Pe'a Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão:  
(*As inaturas ilegíveis.*)

Pela Fesintes — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de  
Escritório e Serviços:  
(*As inatura ilegível.*)

Pe'a Fetese — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de  
Escritório e Serviços.  
(*As inatura ilegível.*)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do  
Distrito de Aveiro:  
(*Assinatura ilegível.*)

### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Fesintes representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Vila Real e Bragança;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da Fesintes, 31 de Julho de 1980. —  
Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 1 de Setembro de 1980, a fl. n.º 89 do livro n.º 2, com o n.º 248/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Pescado e o Sind. Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal — Alteração**

Acta da reunião entre a Associação dos Comerciantes de Pescado e o Sindicato Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal, para negociação da revisão de cláusulas de natureza pecuniária do CCT publicado no «Boletim do Trabalho e Emprego», n.º 10, de 15 de Março de 1979, para os trabalhadores habitualmente designados por descarregadores e apanhadores de peixe, na muralha e lota de Setúbal.

Aos 12 dias do mês de Agosto de 1980, reuniram, pelas 15 horas, nas instalações da Associação dos Comerciantes de Pescado, sita na Avenida do Visconde de Valmor, 36, 1.º, esquerdo, em Lisboa, um representante da Associação com um Sindicato. A Associação dos Comerciantes de Pescado esteve representada pelo Sr. Dr. António Amaral do Coito e a direcção do Sindicato pelo Sr. Evaristo Barreto Ferreira.

A reunião teve por objectivo a procura de um acordo quanto à revisão da cláusula 5.ª «Remuneração do trabalho» do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 10, de 15 de Março de 1979, para os trabalhadores habitualmente designados por descarregadores e apanhadores, em Setúbal, oportunamente denunciado pelo Sindicato, nos termos da lei.

Assim, discutido em negociações directas, chegou-se ao seguinte acordo:

**Cláusula 2.ª**

**(Vigência, denúncia e revisão)**

1 — Este CCT produz efeitos, independentemente da publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, a partir do dia 15 de Agosto de 1980 e considera-se sucessivamente prorrogado no fim de cada período de vigência legal por igual período, se qualquer das partes contratantes o não denunciar até dois meses antes do termo.

2 — .....

3 — .....

**Cláusula 5.ª**

**(Remuneração do trabalho)**

1 — A remuneração é estabelecida em função do número de volumes ou caixas, sendo o preço unitário fixado da forma seguinte:

- a) Caixas das camionetas (peixe vindo de outros centros) — cada uma 11\$;
- b) Caixas da muralha para a camioneta — cada uma 11\$;
- c) Caixas da muralha para o armazém — cada uma 12\$;
- d) Caixas da muralha para venda dentro da lota — cada uma 12\$50;
- e) Canastras de peixe da muralha para a camioneta — cada uma 13\$50;
- f) Canastras de sal do armazém para a muralha — cada uma 13\$50;
- g) Caixas do barco para a muralha — cada uma 11\$;
- h) Serviço na camioneta, por volume — cada um 5\$50.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

Para constar se lavrou a presente acta, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.

12 de Agosto de 1980.

Pela Associação:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 3 de Setembro de 1980, a fl. n.º 90 do livro n.º 2, com o n.º 251/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e a Fesintes — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial**

**Cláusula única**

A presente revisão, com área e âmbito definidos no CCT entre a AEVP — Associação de Exportadores de Vinho do Porto e outras e a Fesintes — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e*

*Emprego*, 1.ª série, n.º 29, de 8 de Agosto de 1979, dá nova redacção às seguintes cláusulas:

**Cláusula 59.ª**

**(Produção de efeitos)**

As tabelas salariais produzem efeitos a partir de 1 de Setembro de 1980.

## ANEXO II

## Retribuições

Tabela A

Empresas ou entidades representadas pela Anceve — Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas e pela Acibev — Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas e Vinhos.

Categorias	Retribuições
Chefe de escritório ..... Director de serviços ..... Analista de sistemas .....	19 000\$00
Chefe de departamento ..... Tesoureiro ..... Contabilista .....	17 500\$00
Chefe de secção ..... Guarda-livros ..... Programador ..... Chefe de vendas .....	16 500\$00
Secretário de direcção ..... Correspondente em línguas estrangeiras ..... Inspector de vendas .....	15 250\$00
Primeiro-escriturário ..... Caixa ..... Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras ..... Operador mecanográfico ..... Prospector de vendas, promotor de vendas e vendedor (a) .....	14 500\$00
Segundo-escriturário ..... Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa ..... Perfurador-verificador ..... Cobrador ..... Demonstrador .....	13 750\$00
Telefonista de 1.ª .....	12 250\$00
Telefonista de 2.ª ..... Contínuo ..... Porteiro .....	11 250\$00
Estagiário do 2.º ano ..... Dactilógrafo do 2.º ano .....	10 250\$00
Estagiário do 1.º ano ..... Dactilógrafo do 1.º ano ..... Servente de limpeza ..... Contínuo (menos de 21 anos) .....	9 500\$00
Paquete de 16/17 anos .....	7 250\$00
Paquete de 14/15 anos .....	6 250\$00

Tabela B

Empresas ou entidades representadas pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto.

Categorias	Retribuições
Chefe de escritório ..... Director de serviços ..... Analista de sistemas .....	25 000\$00
Chefe de departamento ..... Tesoureiro ..... Contabilista .....	22 500\$00
Chefe de secção ..... Guarda-livros ..... Programador ..... Chefe de vendas .....	20 000\$00
Secretário de direcção ..... Correspondente em línguas estrangeiras ..... Inspector de vendas .....	19 000\$00
Primeiro-escriturário ..... Caixa ..... Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras ..... Operador mecanográfico ..... Prospector de vendas, promotor de vendas e vendedor (a) .....	17 750\$00
Segundo-escriturário ..... Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa ..... Perfurador-verificador ..... Cobrador ..... Demonstrador .....	16 500\$00
Telefonista de 1.ª .....	15 300\$00
Telefonista de 2.ª ..... Contínuo ..... Porteiro .....	14 250\$00
Estagiário do 2.º ano ..... Dactilógrafo do 2.º ano .....	13 000\$00
Estagiário do 1.º ano ..... Dactilógrafo do 1.º ano ..... Servente de limpeza ..... Contínuo (menos de 21 anos) .....	12 000\$00
Paquete de 16/17 anos .....	8 500\$00
Paquete de 14/15 anos .....	7 500\$00

(a) Para os trabalhadores técnicos de vendas que exerçam as funções de prospector de vendas, promotor de vendas e vendedor e auferam a retribuição mista a retribuição certa mínima será de 11 500\$, respectivamente para a tabela A (empresas ou entidades representadas pela Anceve — Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas e pela Acibev — Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas e Vinhos) e tabela B (empresas ou entidades representadas pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto).

Porto, 31 de Julho de 1980.

Pela Anceve — Associação do Norte dos Comerciantes e Engarrafadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas;

(Assinatura ilegível.)

Pela Acibeve — Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas e Vinhos;

(Assinatura ilegível.)

Pela AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto;

(Assinatura ilegível.)

Pela Fesintes — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços;

(Assinatura ilegível.)

Pela Fetese — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços;

Carlos Alberto Pinheiro e Silva.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas;

(Assinatura ilegível.)

### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Ser-

viços — Fesintes representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Vila Real e Bragança;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Ponto e Sede da Fesintes, 31 de Julho de 1980. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 3 de Setembro de 1980, a fl. 90 do livro n.º 2, com o n.º 250/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

## CCT entre a Assoc. Nacional das Ind. Têxteis Algodoeiras e Fibras e outras e a Fetese — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial

### Cláusula 1.ª

#### (Área e âmbito)

1 — O presente contrato colectivo de trabalho obriga, por um lado, todas as empresas representadas pelas seguintes associações:

Associação Nacional das Indústrias Têxteis Algodoeiras e Fibras;

Associação Portuguesa dos Importadores de Algodão em Rama;

Associação Portuguesa dos Exportadores Têxteis,

e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço das categorias nele previstas representadas pela Fetese — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

2 — (Mantém-se.)

### Cláusula 2.ª

#### (Vigência)

1 — .....

2 — O presente contrato colectivo de trabalho entrará em vigor nos termos legais, produzindo efeitos a partir de 1 de Outubro de 1980.

### ANEXO III

#### Remunerações mensais mínimas

Escalões	Categorias profissionais	Remunerações
A	Chefe de escritório ..... Director de serviços ..... Secretário-geral .....	20 200\$00
B	Chefe de departamento ..... Chefe de serviços ..... Contabilista/técnico de contas ..... Analista de sistemas .....	18 800\$00
C	Chefe de secção ..... Programador ..... Tesoureiro ..... Guarda-livros .....	17 500\$00
D	Secretário(a) de direcção ..... Correspondente em línguas estrangeiras ..... Programador mecanográfico .....	16 000\$00

Escalões	Categorias profissionais	Remunerações
E	Primeiro-escriturário .....	15 750\$00
	Caixa .....	
	Operador mecanográfico .....	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras .....	
F	Segundo-escriturário .....	14 250\$00
	Operador de máquinas de contabilidade .....	
	Perfurador-verificador .....	
	Cobrador .....	
G	Terceiro-escriturário .....	12 800\$00
	Recepcionista .....	
	Telefonista .....	
H	Estagiário do 3.º ano .....	10 200\$00
	Contínuo maior de 21 anos .....	
I	Estagiário do 2.º ano .....	9 400\$00
J	Estagiário do 1.º ano .....	8 700\$00

Escalões	Categorias profissionais	Remunerações
L	Contínuo menor de 21 anos .....	8 100\$00
	Servente de limpeza .....	
M	Paquete de 16/17 anos .....	6 500\$00
N	Paquete de 14/15 anos .....	5 100\$00

Porto, 18 de Agosto de 1980.

Pela Associação Nacional das Indústrias Têxteis Algodoeiras e Fibras:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Importadores de Algodão em Fibras:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Exportadores de Têxteis:

(Assinatura ilegível.)

Fetese — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

António Augusto Teixeira da Costa de Castro Fernandes.

Depositado em 3 de Setembro de 1980, a fl. 90 do livro n.º 2, com o n.º 252/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79.

### CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação de Lisboa e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços — Alteração salarial

#### Acta de acordo

Aos 9 dias do mês de Abril de 1980 reuniram na Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa os representantes desta e da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, em representação do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria, Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro, Sindicato dos Profissionais do Comércio e Serviços do Distrito de Évora, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Castelo Branco, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém e Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja, outorgantes do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 1979, com vista à sua revisão parcial.

#### Alterações ao CCT

publicado no «Boletim do Trabalho e Emprego»,  
1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 1979

#### Cláusula 2.ª

#### (Vigência e denúncia)

1 — Este contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a sua publicação, produzindo a tabela de remunerações mínimas efeitos a partir de 1 de Março de 1980.

#### Cláusula 9.ª

#### (Acesso)

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — (Eliminado.)

#### ANEXO III

#### Tabela salarial

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
I	Director de serviços .....	15 700\$00
	Chefe de escritório .....	
	Chefe de serviços .....	
II	Chefe de departamento/divisão ....	15 250\$00
	Inspector administrativo .....	
	Contabilista/técnico de contas .....	
	Analista de sistemas .....	
III	Chefe de secção .....	13 000\$00
	Programador .....	
	Tesoureiro .....	
	Guarda-livros .....	
IV	Secretário(a) de direcção .....	12 500\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras .....	
	Programador mecanográfico .....	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras .....	
V	Primeiro-escriturário .....	11 500\$00
	Caixa .....	
	Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa .....	
	Operador mecanográfico .....	
VI	Segundo-escriturário .....	10 250\$00
	Operador de máquinas de contabilidade .....	
	Perfurador-verificador .....	
	Operador de telex .....	
	Cobrador .....	

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
VII	Terceiro-escriturário .....	9 500\$00
	Telefonista .....	
	Contínuo maior .....	
	Porteiro (escritório) .....	
	Guarda .....	
VIII	Dactilógrafo do 2.º ano .....	8 250\$00
	Estagiário do 2.º ano .....	
	Contínuo menor .....	
IX	Dactilógrafo do 1.º ano .....	7 000\$00
	Estagiário do 1.º ano .....	
	Servente de limpeza .....	
X	Paquete de 16/17 anos .....	5 800\$00
XI	Paquete de 14/15 anos .....	5 000\$00

Lisboa, 9 de Abril de 1980.

Pela Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa:  
(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação dos Industriais de Panificação do Alto Alentejo:  
(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Regional dos Panificadores do Baixo Alentejo e Algarve:  
(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, em representação de:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria;  
Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro;  
Sindicato dos Profissionais do Comércio e Serviços do Distrito de Évora;  
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;  
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja.

José António Marques.

Depositado em 5 de Setembro de 1980, a fl. 90 do livro n.º 2, com o n.º 253/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

### CCT entre a Assoc. dos Barbeiros e Cabeleireiros do Dist. de Braga e o Sind. Nacional dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Ofícios Correlativos dos Dist. de Braga e Viana do Castelo — Alteração salarial (Rectificação).

Por lapso não foram publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 15 de Agosto de 1980, as assinaturas do CCT em epígrafe, pelo que agora se procede à respectiva publicação.

O Delegado:

(Assinatura ilegível.)

A Associação:

(Assinatura ilegível.)  
Fúfina dos Anjos Barros de Araújo.  
Bernardino da Silva.  
Abel Gomes Lima.

O Sindicato:

José Bomes de Lima.  
Manuel da Silva,  
Francisco José Pereira Machado.  
Etelia Maria Gonçalves Carneiro.

### ACT entre os TLP — Telefones de Lisboa e Porto, E. P., e os sind. representativos dos trabalhadores ao seu serviço — Alteração salarial (Rectificação)

Por ter sido publicado com inexactidão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 28, de 29 de Julho de 1980, o texto do acordo em epígrafe, de seguida se procede à necessária rectificação:

Assim, onde se lê:

Cláusula 2.ª

(Vigência)

deve ler-se:

2 — Os n.ºs 1 e 2 da cláusula «Vigência» passam a ter a seguinte redacção:

Cláusula 2.ª

(Vigência)